

CREDENCIAMENTO
TERMO DE REFERÊNCIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/FMAS

SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM IDADE ENTRE 05 (CINCO) E 17(DEZESSETE) ANOS, REFERENCIADOS AO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS PROMORAR

1. OBJETO

2.1. Credenciamento para habilitação de instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, legalmente constituídas, com atividades voltadas ou vinculadas a serviços de assistência social, interessadas em prestar serviços de forma complementar ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS, para atender a demanda gerada para os serviços de Proteção Básica sob gestão do município de Itajaí/SC, visando a execução do **SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM IDADE ENTRE DE 05 (CINCO) A 17(DEZESSETE) ANOS DE IDADE, REFERENCIADOS, AO CRAS PROMORAR**, a ser previamente estabelecido em plano de trabalho a ser apresentado pela entidade interessada.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A execução deste Serviço objetiva atender crianças e adolescentes com demanda para já qualificada pela técnica de referência do CRAS, os quais aguardam a oportunidade de ingressar e ao SCFV, assegurando assim; a proteção social e a preservação de seus direitos.

2.2. Trata-se da necessidade do município em garantir o atendimento através da ampliação da oferta do serviço. Contemplando 150 (cento e cinquenta) crianças e adolescentes, de 5 (cinco) a 17 (dezessete) anos, incluindo a oferta de transporte com monitor, estendendo, assim, a cobertura do serviço socioassistencial, buscando o atendimento de todo o território atualmente de abrangência do CRAS – Promorar, garantindo o deslocamento para os (as) usuários (as) residentes nos bairros Promorar I, II e III, Cidade Nova, João Dalmolin (Caixa d'água), Carvalho, São Vicente, Nilo Bitencourt e Rio Bonito.

2.3. Em estudo analítico dos dados, evidenciamos que a oferta atual do SCFV atende apenas 69% da sua demanda qualificada, ou seja, identifica-se um déficit de 31% de vagas no município de Itajaí para o atendimento do público alvo deste serviço, justificando a ampliação da oferta para a garantia da proteção social básica.

2.4. Ressaltamos ainda que, estes indicadores tratam-se apenas das demandas qualificadas, ou seja, crianças e adolescentes em risco social e/ou pessoal, com perfil e necessidade, que aguardam a disponibilidade da vaga. Não considerando aqui as demandas subnotificadas ou ainda, aqueles que necessitam de busca ativa para a inclusão no serviço.

2.5. Outro apontamento de suma importância é que para além o aumento do quantitativo de vagas, faz-se necessário a ampliação da oferta de serviços, ou seja, um número maior de entidades parceiras, objetivando uma melhor distribuição territorial; para que assim possa ser respeitado o sentimento de pertença dos usuários junto ao seu território, associado a oferta nas localidades com maior demanda de vulnerabilidades e também a resposta da realidade diagnosticada pela vigilância socioassistencial.

2.6. Para sanar a demanda evidenciada, foi realizado chamamento público, através do edital de Chamamento Público SIPE nº 195827/2024/SAS, o qual restou deserto. Para que possamos de fato garantir a oferta deste Serviço, ampliamos assim, as possibilidades contratuais, em função disto a tomada de decisão por realizar tal termo de Referência, na modalidade de Credenciamento.

3. OBJETIVO GERAL

3.1. Ofertar o Serviço de convivência e Fortalecimento de vínculos a crianças e adolescentes, de 5 (cinco) a 17 (dezessete) anos, incluindo a oferta de transporte com monitor. Realizar-se-á em grupos respeitando a faixa etária, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

3.2.1. Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida;

3.2.2. Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas;

3.2.3. Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades;

3.2.4. Promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social;

3.2.5. Promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos;

3.2.6. Apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares.

- 3.2.7.** Complementar o trabalho social com famílias do PAIF, prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária;
- 3.2.8.** Prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, em especial, das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária;
- 3.2.9.** Promover acessos a benefícios e serviços socioassistenciais, fortalecendo a rede de proteção social de assistência social nos territórios;
- 3.2.10.** Promover acessos a serviços setoriais, em especial das políticas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer existentes no território, contribuindo para o usufruto dos (as) usuários (as) aos demais direitos;
- 3.2.11.** Oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos (as) usuários (as);
- 3.2.12.** Possibilitar acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades;
- 3.2.13.** Favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais, propiciando trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários.
- 3.2.14.** Desenvolver estratégias para estimular e potencializar recursos de crianças com deficiência e o papel das famílias e comunidade no processo de proteção social;
- 3.2.15.** Criar espaços de reflexão sobre o papel das famílias na proteção das crianças e no processo de desenvolvimento infantil.
- 3.2.16.** Assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo;
- 3.2.17.** Possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural das crianças e adolescentes, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã;
- 3.2.18.** Estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo.

4. PÚBLICO ALVO

- 4.1.** Crianças e adolescentes de 5 (cinco) a 17 (dezesete) anos de ambos os sexos, inclusive com deficiências. Deverão ser priorizadas as crianças e adolescentes pertencentes às famílias que residam nas localidades dos bairros Promorar I, II e III, Cidade Nova, João Damolin (Caixa d'água), Carvalho, São Vicente, Nilo Bitencourt e Rio Bonito; territórios referenciados ao CRAS Promorar. Nos casos que as

famílias residam em outras localidades, o encaminhamento é possível com avaliação do técnico de referência, contendo justificativa de vínculo com o território, devendo ser caracterizado tais situações, na excepcionalidade.

5. FORMA DE ACESSO

5.1. As crianças e adolescentes deverão ser encaminhados exclusivamente pelo CRAS de referência.

6. IMPACTO SOCIAL ESPERADO

- 6.1.** Redução das violações dos direitos socioassistenciais, seus agravamentos ou reincidência;
- 6.2.** Redução da presença de pessoas em situação de rua e de abandono;
- 6.3.** Indivíduos e famílias protegidas e incluídas em serviços, com acesso a oportunidades;
- 6.4.** Rompimento do ciclo da violência doméstica e familiar;
- 6.5.** Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
- 6.6.** Redução das ocorrências de situações de vulnerabilidade social;
- 6.7.** Prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência;
- 6.8.** Aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais;
- 6.9.** Ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais;
- 6.10.** Melhoria da qualidade de vida dos (as) usuários (as) e suas famílias.
- 6.11.** Aumento no número de jovens que conheçam as instâncias de denúncia e recurso em casos de violação de seus direitos;
- 6.12.** Aumento no número de jovens autônomos e participantes na vida familiar e comunitária, com plena informação sobre seus direitos e deveres;
- 6.13.** Reduzir, junto a outras políticas públicas, índices de: violência entre os jovens; uso/abuso de drogas;
- 6.14.** Doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce;
- 6.15.** Redução e Prevenção de situações de isolamento social e de institucionalização.

7. AMBIENTES FÍSICOS E RECURSOS MATERIAIS

7.1. O serviço deverá ser prestado em imóvel próprio ou locado pela instituição para esta finalidade, em área residencial e de fácil acesso, situada no município de Itajaí em um dos territórios de cobertura do CRAS Promorar, preferencialmente em área de maior risco e vulnerabilidade social.

7.2. O local de execução da Instituição deverá possuir alvará sanitário de funcionamento atualizado e expedido pelo órgão sanitário competente. A construção deve ser de alvenaria e oferecer recursos de infraestrutura e instalações físicas em condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança e garantir a acessibilidade a todas as pessoas com mobilidade reduzida, segundo estabelecido na Lei Federal nº 10.098/2000 além das exigências estabelecidas em códigos, leis ou normas pertinentes, quer na esfera Federal, Estadual ou Municipal e, normas específicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas referenciadas neste regulamento.

7.3. Com relação aos materiais, deverá a Instituição possuir materiais permanentes e materiais de consumo necessários ao desenvolvimento do serviço.

7.4. O espaço físico do Serviço deverá seguir as Normativas da Política de Assistência Social, estar organizada de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes em adequação às necessidades dos (as) usuários (as), oferecendo um ambiente acolhedor.

8. TRABALHO SOCIAL ESSENCIAL AO SERVIÇO

8.1. Acolhida; orientação e encaminhamentos; grupos de convívio e fortalecimento de vínculos; informação, comunicação e defesa de direitos; fortalecimento da função protetiva da família; mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; informação; banco de dados de usuários e organizações; elaboração de relatórios e/ou prontuários; desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; mobilização para a cidadania.

8.2. SEGURANÇA DE CONVÍVIO FAMILIAR E COMUNITÁRIO

8.2.1. Vivenciar experiências que contribuam para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

8.2.2. Vivenciar experiências que possibilitem meios e oportunidades de conhecer o território e (re) significá-lo, de acordo com seus recursos e potencialidades;

8.2.3. Ter acesso a serviços, conforme demandas e necessidades.

8.3. SEGURANÇA DA ACOLHIDA

8.3.1. Ter acolhida suas demandas interesses, necessidades e possibilidades;

8.3.2. Receber orientações e encaminhamentos com o objetivo de aumentar o acesso a benefícios socioassistenciais e programas de transferência de renda, bem como aos demais direitos sociais, civis e políticos;

8.3.3. Ter acesso a ambiência acolhedora.

8.4. SEGURANÇA DE DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA

- 8.4.1.** Vivenciar experiências pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania;
- 8.4.2.** Vivenciar experiências que possibilitem o desenvolvimento de potencialidades e ampliação do universo informacional e cultural;
- 8.4.3.** Vivenciar experiências potencializadoras da participação social, tais como espaços de livre expressão de opiniões, de reivindicação e avaliação das ações ofertadas, bem como de espaços de estímulo para a participação em fóruns, conselhos, movimentos sociais, organizações comunitárias e outros espaços de organização social;
- 8.4.4.** Vivenciar experiências que possibilitem o desenvolvimento de potencialidades e ampliação do universo informacional e cultural;
- 8.4.5.** Vivenciar experiências que contribuam para a construção de projetos individuais e coletivos, desenvolvimento da autoestima, autonomia e sustentabilidade;
- 8.4.6.** Vivenciar experiências de fortalecimento e extensão da cidadania;
- 8.4.7.** Vivenciar experiências para relacionar-se e conviver em grupo;
- 8.4.8.** Vivenciar experiências para relacionar-se e conviver em grupo, administrar conflitos por meio do diálogo, compartilhando outros modos de pensar, agir, atuar;
- 8.4.9.** Vivenciar experiências que possibilitem lidar de forma construtiva com potencialidades e limites;
- 8.4.10.** Vivenciar experiências de desenvolvimento de projetos sociais e culturais no território e a oportunidades de fomento a produções artísticas;
- 8.4.11.** Ter reduzido o descumprimento das condicionalidades do PBF;
- 8.4.12.** Contribuir para o acesso a documentação civil;
- 8.4.13.** Ter acesso a ampliação da capacidade protetiva da família e a superação de suas dificuldades de convívio;
- 8.4.14.** Ter acesso a informações sobre direitos sociais, civis e políticos e condições sobre o seu usufruto; - Ter acesso a atividades de lazer, esporte e manifestações artísticas e culturais do território e da cidade;
- 8.4.15.** Ter acesso benefícios socioassistenciais e programas de transferência de renda;
- 8.4.16.** Ter oportunidades de escolha e tomada de decisão;
- 8.4.17.** Poder avaliar as atenções recebidas, expressar opiniões e reivindicações;
- 8.4.18.** Apresentar níveis de satisfação positivos em relação ao serviço;
- 8.4.19.** Ter acesso a experimentações no processo de formação e intercâmbios com grupos de outras localidades e faixa etária semelhante.

9. RECURSOS HUMANOS EXIGIDOS

9.1. A equipe do SCFV deverá exercer as atividades de acordo com os termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais em consonância com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS).

9.2. A composição mínima da equipe deverá ser:

Profissional/função	Escolaridade	Quantidade
Coordenador – Carga horária: 40 horas semanais, dedicação exclusiva.	Nível superior (profissões da NOB-RH)	1 profissional
Assistente Social – Carga horária: 30 horas semanais.	Nível superior	1 profissional
Psicólogo – Carga horária: 30 horas semanais.	Nível superior	1 profissional
Orientadores/Educadores Sociais – Carga horária: 40 horas semanais	Nível médio, atendendo a Resolução do CNAS Nº 09/2014, com qualificação na área	5 profissionais

9.3. Os recursos humanos das instituições credenciadas deverão estar compatíveis como descrito no quadro acima. Os profissionais devem estar capacitados para realizar as atividades e, no caso da equipe técnica, possuir registro em seus respectivos conselhos de classe, atendendo, inclusive, ao que dispõe as legislações específicas de cada segmento, o que deverá ser comprovado no ato da habilitação.

10. DOCUMENTAÇÃO

10.1. HABILITAÇÃO

I – Registro comercial, no caso de empresa individual;

II – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

III – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

IV – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

- a) No que couber, os documentos referidos poderão ser substituídos por “Certidão Simplificada” emitida pela Junta Comercial do Estado, da sede da empresa; Essa certidão deverá ter prazo de emissão de no máximo 90 (noventa) dias.
- b) Na apresentação do estatuto ou contrato social em vigor e última alteração, se houver, deverá constar além da denominação social, a identificação do ramo de atividade da empresa, que deverá ser compatível com objeto lícito.

V – Apresentar declaração de parentesco, conforme modelo do Anexo III.

10.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da Sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (incluído pela lei nº 12.440, de 2011). OBS: A obtenção da certidão, eletrônica e gratuita, encontra-se disponível no site www.tst.jus.br e em todos os demais portais da Justiça do Trabalho disponíveis na internet (Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho).

10.3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Alvará de localização e funcionamento regular emitido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação;
- b) Regimento Interno da Instituição;
- c) Identificação do profissional responsável técnico de nível superior, informando nome, CFP, carga horária semanal, cargo, função e número de inscrição no respectivo Conselho Profissional;
- d) Registro nos Conselhos Municipais específicos (Conselho do Idoso e Conselho da Pessoa com Deficiência);
- e) Apresentar Atestado/Certificado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante realizou fornecimento compatível

com o objeto da presente licitação. Informações mínimas no atestado: nome da pessoa jurídica que forneceu o atestado, com identificação da pessoa/cargo que assinou o documento; identificação do objeto; local e data;

e.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

e.2. Fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pelo órgão público, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

f) As interessadas, no ato de suas habilitações, deverão informar a quantidade de vagas que estarão disponibilizando a contratante relativo no decorrer da vigência estabelecida neste termo. Ao se credenciar deverá apresentar a seguinte documentação.

10.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de Falência ou Recuperação Judicial (Concordata), expedida pelo Distribuidor da sede da empresa licitante há, no máximo, 90 (noventa) dias da data de apresentação das propostas, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão.

10.5. DECLARAÇÃO DO MENOR

a) Documento declarando que o licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, podendo ser utilizado o modelo do ANEXO IV.

10.5.1. Identidade, CPF e comprovante de residência do proprietário/representante da empresa;

10.5.2. Dados cadastrais do futuro contratado, tais como: razão social, telefone, endereço, conta bancária, agência e banco;

11. FORMA DE EXECUÇÃO

11.1. As vagas serão ocupadas de acordo com a necessidade da contratante e conforme demanda apresentada pelo CRAS de referência.

12. PAGAMENTO

12.1. O pagamento ocorrerá através do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação do serviço, mediante a emissão da Nota Fiscal com a comprovação dos recolhimentos fiscais.

12.2. Serão pagos os valores correspondentes ao número de vagas ocupadas no mês, comprovados e atestados pela equipe de Vigilância Socioassistencial através da técnica responsável pelo controle de ocupação de vagas e da fiscal do contrato;

12.3. Havendo a ocupação parcial da vaga no mês serão pagos apenas o número de dias de ocupação.

12.4. O pagamento será realizado pela contratante diretamente em conta bancária de titularidade da CONTRATADA, a ser fornecida no ato da contratação.

12.5. Constitui condição para o pagamento o de estar a CONTRATADA em dia com suas obrigações legais.

13. DA ADJUDICAÇÃO

13.1. A adjudicação dar-se-á pelo valor da vaga estipulado neste termo, podendo mais de 01 (uma) interessada se habilitar, desde que comprovada sua capacidade técnica e operacional; o seu enquadramento nos critérios estabelecidos neste termo; possuir instalações especificamente para desenvolver o serviço.

13.2. Para análise da habilitação técnica, operacional e de instalações das contratadas será designado pela gestão da Secretaria de Assistência Social 02 (dois) assistentes sociais, sendo para tanto dado vistas dos processos para o credenciamento e o prazo de sobrestamento de 10 (dez) dias para a emissão de parecer.

13.3. Serão contratadas as instituições que mais se assemelham ao desenvolvimento de ações e contem com equipe previstas pelas normativas do SUAS (RESOLUÇÃO n. 109/09 do CNAS – NOB SUAS – NOB/RH SUAS).

13.4. Como forma de garantir-se o controle de ocupação das vagas por consequente desocupação repentina, desligamento ou outro motivo, deverá a contratada comunicar imediatamente à contratante através do e-mail sasvigilancia@itajai.sc.gov.br com cópia protecaosocialbasica@itajai.sc.gov.br e técnico de referência do CRAS.

14. DA DISTRIBUIÇÃO E CONTROLE DAS VAGAS

14.1. A distribuição das vagas às credenciadas obedecerá a uma planilha sequencial, a ser controlada pela técnica de referência do SCFV junto ao CRAS em parceria com o/a fiscal dos contratos,

que terá por objetivo manter a ocupação das vagas de forma igualitária por todas as entidades norteadas pela referida;

14.2. As ocupações serão controladas por planilha em Excel por profissionais do setor da vigilância socioassistencial da Secretaria de Assistência Social em parceria com o (a) fiscal do contrato;

14.3. De igual forma ocorrerá à redistribuição de vagas se, por ventura, vier alguma entidade a ser descredenciada no decorrer da execução do contrato.

15. DO DESCREDENCIAMENTO

15.1. Poderão ser descredenciadas pela contratante, a qualquer tempo, as instituições que não estiverem atendendo os requisitos, as exigências deste termo e as normas pertinentes e legais que orientam a execução da natureza do serviço contratado, sendo assegurada a NOTIFICADA o princípio da ampla defesa e do contraditório a partir de NOTIFICAÇÃO formal.

16. DO VALOR

16.1. Terá o valor global estimado correspondente ao número de vagas a serem contratadas, sendo previsto o que segue:

NÚMERO DE VAGAS	VALOR POR VAGA	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
150	R\$ 717,32	R\$ 107.598,00	R\$ 1.291.176,00

16.2. No preço fixado não haverá inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, sendo incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como tributos de qualquer natureza e as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a prestação dos serviços.

16.3. A ocupação das vagas ocorrerá de acordo com a necessidade da demanda apresentada pela contratante, sendo pago apenas o número de vagas e respectivos dias de ocupação.

17. VIGÊNCIA, ADITIVO E REAJUSTE

17.1. A contratação terá a vigência inicial de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada no interesse da administração nos termos da Lei nº 14.133/2021, e será precedida de avaliação da execução anual pelo/a fiscal do contrato;

17.2. A prestação dos serviços deverá ter início imediato após a assinatura do contrato.

17.3. Para a prorrogação contratual deverá haver a manifestação de interesse da contratante 30 (trinta) dias antes do prazo de encerramento da vigência.

17.4. Silente a contratada quanto à prorrogação da vigência contratual no prazo acima estabelecido, entender-se-á pelo seu desinteresse na continuidade da prestação do serviço e pela extinção contratual, podendo o respectivo quantitativo de vaga ser redistribuição dentre as demais credenciadas ou transferido por uma nova credenciada, se houver demanda.

17.5. Caso o particular na vigência do Contrato solicite pedido de reequilíbrio econômico financeiro, o mesmo deverá estar em consonância com o que dispõe a Instrução Normativa 58/2022/CGM/SEGOV.

18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. Além das resultantes da observância da Lei nº 14.133/2021, são obrigações da CONTRATADA;

18.2. Isentar o município de qualquer reclamação de terceiros, assegurando sua condição de única responsável pela administração do serviço contratado e arcando com qualquer prejuízo com ressarcimento de danos decorrente;

18.3. A autonomia dos (as) usuários (as) por meio da construção de regras de gestão e de convivência de forma participativa e coletiva;

18.4. A oferta e as condições dignas de trabalho e remuneração condizente com o piso da categoria profissional aos membros da equipe de trabalho;

18.5. O estímulo e a organização de um ambiente de convivência pacífica e de respeito entre os (as) usuários (as) e toda a equipe de trabalho;

18.6. Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir direta e indiretamente sobre o serviço contratado;

18.7. Apresentar os seguintes documentos na apresentação da nota fiscal de serviços:

18.7.1. Empresas não optante do Simples Nacional;

18.7.2. Fotocópia da guia INSS quitada pelo Fornecedor (mês anterior à prestação do serviço);

18.7.3. Guia do INSS preenchida com os dados da empresa para a retenção dos 11% pelo PMI cod. 2640;

18.7.4. Fotocópia da guia do FTGS quitada pelo fornecedor (mês anterior à prestação do serviço);

18.7.5. Fotocópia das folhas de pagamento dos funcionários que executaram o serviço.

18.7.6. Contrato ou estatuto social;

18.7.7. Dados completos do contratado: razão social, telefone, endereço, conta bancária, agência e banco com dígito

18.7.8. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ

18.7.9. Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa MUNICIPAL

18.7.10. Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa ESTADUAL

18.7.11. Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa RECEITA FEDERAL

18.7.12. Certificado de regularidade fiscal do FGTS – CRF

18.7.13. Empresas optantes do Simples Nacional (ME ou EPP):

18.7.13.1. Nota fiscal carimbada com a informação “optante pelo Simples Nacional”;

18.7.13.2. Informação na Nota Fiscal da alíquota do ISS, conforme legislação em vigor (de 2% a 5%);

18.7.13.3. Comprovante emitido pela Receita Federal confirmando que a empresa está realmente enquadrada no Simples Nacional;

18.7.14. Produzir e emitir relatório de atividade mensal quanto aos usuários mantidos na entidade, sob a responsabilidade da Secretária de Assistência Social, por meio da Diretoria de Proteção Social Básica e setor de vigilância socioassistencial.

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.1. Além das resultantes da observância da Lei nº 14.133/2021, são obrigações da CONTRATANTE:

19.2. Informar a Contratada a respeito dos procedimentos para execução do contrato;

19.3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços e métodos utilizados na execução dos serviços;

19.4. Efetuar o pagamento dos serviços prestados na forma convencionada, no prazo estipulado no presente termo, reproduzido ao instrumento contratual;

19.5. Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias a fim de que possa prestar o serviço;

19.6. Prestar à Contratada todas as informações e esclarecimentos, sempre que solicitadas, além das previstas no presente termo.

20. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- Despesa/2024: 606 – 558.88.88088.8.244.6.2.77.0.339000 - Aplicações
- Fonte de recurso: 501 – Outros Recursos Não Vinculados
- Centro de custo: 0219 – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS

20.1. Nos demais exercícios orçamentários, serão empregadas as despesas da LOA reservadas à Manutenção da Proteção Social Básica

21. COMISSÃO DE ANÁLISE

21.1. A comissão para análise dos processos licitatórios de credenciamento de instituições de acolhimento, com atribuições voltadas a análise documental, dos requisitos e dos critérios

estabelecidos nas cláusulas dos respectivos termos de referência, conforme portaria nº 07/2024, é composta pelos seguintes servidores:

21.1.1. Keila Rosa de Oliveira – Assistente Social;

21.1.2. Ana Paula Souza Nery de Oliveira da Rocha – Assistente Social;

21.1.3. Thiago Roberto Vieira dos Prazeres – Assessor Executivo

22. FISCAIS DO CONTRATO

22.1. Fiscal de Gestão do Contrato: servidor designado para acompanhamento dos aspectos administrativos do contrato, tais como vigência e controle físico e financeiro, devendo informar tempestivamente ao Ordenador de Despesas quanto à necessidade de celebração de Termo Aditivo e ainda, em se tratando de execução de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, fiscalizar o cumprimento das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e adotar as providências cabíveis em caso de inadimplemento;

22.1.1. Andrea Cristina Poggetti Pretto Gallo, Diretora Proteção Social Básica, matrícula 2614702.

22.2. Fiscal de Execução: servidor designado para acompanhamento e avaliação da execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado;

22.2.1. Thiago Roberto Vieira dos Prazeres, Assessor Executivo, matrícula 2442701.

Itajaí/SC, 01 de Outubro de 2024.

JAMILLY ROBERTA PEREIRA

Diretora Administrativa e Financeira

NEUSA MARIA VIEIRA GERALDI

Secretária Municipal de Assistência Social

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Rua: Rua Antônio Adão Dias nº 700 – São Judas
88303-430 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 47 3248-0800
www.itajai.sc.gov.br

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

DECLARAÇÃO DE PARENTESCO	
IDENTIFICAÇÃO	
Nome:	CPF:
Nome da Empresa:	CNPJ:
Função do(a) declarante(a) na Empresa:	Telefone de contato:
DECLARAÇÃO	
<p>Declaro, sob as penas da lei, para fins de participação em licitação, que a pessoa física/jurídica supra identificada:</p> <p>() não possui sócio/empregado que seja cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive, do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários e cargos assemelhados ou de servidor da Administração Pública direta e indireta investido em Cargo ou Função Pública de Chefia ou Assessoramento na área pública de saúde, no nível federal, estadual ou no Município de Itajaí.</p> <p>() possui sócio/empregado que seja [] cônjuge ou companheiro(a) e/ou [] parente em linha reta ou colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários e cargos assemelhados ou de servidor da Administração Pública direta e indireta investido em Cargo ou Função Pública de Chefia ou Assessoramento na área pública de saúde, no nível federal, estadual ou no Município de Itajaí, a seguir indicado(a):</p>	
Nome:	
Cargo:	Órgão de Lotação:
Grau de Parentesco:	
Local: Data:	
Assinatura do Declarante:	

ANEXO IV

MODELO - DECLARAÇÃO DO MENOR

_____, (nome da empresa), com sede
na _____ (endereço da empresa),
CNPJ _____, por seu representante legal infra-assinado
declara, sob as penas da lei, que cumpre integralmente a norma contida no art. 7º, inciso
XXXIII, da Constituição da República, ou seja, de que não possui em seu quadro de pessoal,
empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e
de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho exceto aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Em _____ de _____ de 2024

Nome e assinatura

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA
DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO

Local e data

À
Comissão de Licitações
Itajaí (SC).

Ref.: Credenciamento 002/2024

Prezados Senhores,

Em cumprimento aos ditames editalícios, utilizamo-nos da presente para declarar, nos termos da Lei, a inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação.

Atenciosamente,

.....
RAZÃO SOCIAL / CNPJ

.....
REPRESENTANTE LEGAL / CPF